

## Um Brasil sustentável sem nuclear nem grandes barragens, é possível?!

Estamos vivendo uma fase em que o “aquecimento” acaba por justificar todas as medidas que supostamente seriam necessárias para diminuir a emissão de CO<sub>2</sub>. Este momento tem ofuscado a discussão sobre energia e prejudicado a divulgação de pesquisas relacionadas às energias limpas, além de promover falsas alternativas como a energia nuclear, por exemplo. Esta constatação foi feita pelo professor Célio Bermann, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP durante sua fala na mesa sobre energia na conferência “O que é política verde hoje?”.

Outra consequência, segundo ele, é a promoção da hidroeletricidade através de grandes barragens, sem levar em conta a emissão de metano que ocorre durante a construção desses megaprojetos, em consequência da decomposição da cobertura vegetal, por exemplo. “Isso nem chega a ser questionado porque já está 'dado' que a hidroeletricidade é a solução para o aquecimento global”, lamenta.

Por essa razão é que o professor alerta para a necessidade de se debater democraticamente o tema da energia elétrica no país. “No âmbito da democracia, a discussão da energia elétrica é importante, uma vez que as grandes barragens que estão sendo construídas na Amazônia mostram que o direito do outro de ter um modo de vida diferente do nosso está sendo negado.”

Marcelo Furtado, diretor-executivo do Greenpeace, concorda com Célio Bermann. E vai além. Para ele, aliados à discussão democrática, outros pontos também são fundamentais para que um “Brasil energético” seja possível. Um deles é o planejamento. Segundo ele, é preciso parar de pensar em quanto se pode oferecer de energia e começar a calcular quanto é realmente necessário. Além disso, precisamos nos questionar para quem e para quem essa energia seria produzida.

Um outro ponto que ele destaca é a descentralização da energia. “A descentralização é um grande indutor de mudanças sociais. Belo Monte (AM) não é necessário, assim como as usinas térmicas e nucleares também não são. O Brasil pode produzir a energia que necessitaria através de um mosaico descentralizado de produção e de repotencialização do que já possui. Isso economizaria em torno de R\$ 170 bilhões ao ano com relação à matriz energética proposta pelo governo.”

Célio Bermann e Marcelo Furtado fazem coro no que diz respeito à democratização da discussão sobre energia: “Enquanto a sociedade continuar acreditando que não deve se envolver nesse debate, enquanto ela continuar achando que é um assunto de especialistas, do Executivo e de militares, a discussão sobre energia nunca será democrática.”

## O mito da retomada da energia nuclear

Bärbel Höhn, deputada federal do PV na Alemanha, participou da mesa seguinte, sobre a retomada da energia nuclear em alguns países, entre eles o Brasil. Ela lembrou os motivos pelos quais o PV alemão é contra este tipo de energia: a questão do armazenamento, para o qual até hoje não existe solução definitiva (na Alemanha, o lixo nuclear é mantido num depósito com inúmeras irregularidades, entre elas o vazamento de uma espécie de chumbo ácido); o risco de acidentes e a ameaça da proliferação de armas atômicas e de terrorismo.



# HEINRICH BÖLL STIFTUNG

Ela enfatizou a necessidade para que se invista em energias renováveis, de modo que possa ser obtido “um comportamento mais constante em termos de geração de energia, seja através de um reservatório ou de energias flexíveis, que poderiam ora produzir por uma fonte, ora por outra.”

“Hoje, a parcela de energia nuclear na Alemanha está perto de 20% e as renováveis de mais de 60%, depois de anos de predominância da energia nuclear. Além disso, tivemos um crescimento impressionante do número de empregos na indústria de renováveis, principalmente em eólica, biomassa e solar.”

O deputado Edson Duarte (PV-BA), que também participou da mesa, criticou a estrutura de fiscalização de energia nuclear no Brasil. Segundo ele, nós vivemos a situação absurda em que o órgão fiscalizador, a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), não só fiscaliza como regula e produz a energia nuclear no país. De acordo com o site oficial da autarquia, são de sua responsabilidade “como órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização, estabelecer normas e regulamentos em radioproteção e licenciar, fiscalizar e controla a atividade nuclear no Brasil.” O site diz ainda que “a União tem o monopólio da mineração de elementos radioativos, da produção e do comércio de materiais nucleares, sendo este monopólio exercido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.”

“De que maneira é possível obter um julgamento isento por parte da CNEN então, uma vez que ela está envolvida em todo o processo de produção da energia nuclear no Brasil?”, questionou o deputado.

Edson Duarte listou alguns casos em que a fiscalização tem sido omissa, como mineradoras de urânio que funcionam com licenças prévias e que, de acordo com a lei, só poderiam ser renovadas no máximo duas vezes. “Em Poços de Caldas (MG), por exemplo, foram 15 anos com licença prévia; Angra (RJ) já estava na sétima; Caitité (BA) na quinta, sendo que numa vistoria recente, técnicos colocaram pelo menos três impeditivos para que Caitité não mais funcionasse e ainda assim a licença foi renovada.”